

## A GESTÃO DE PESSOAS PODE CONTRIBUIR COM A VERDADEIRA DEMOCRACIA?

Denize Dutra

Diante do que vem ocorrendo com a democracia no mundo e, em especial, no Brasil, cujo cenário atual é de CPI's, cassações, referendos, sou obrigada a concordar com Edgar Mourin quando disse que "nossas democracias comportam carências e lacunas". (MOURIN, 2002, p: 109). Em sua obra *Cabeça Bem-Feita*, o autor afirma que a democracia ainda não está generalizada em todo o planeta, e as que existem não estão concluídas, mas incompletas e inacabadas, e além de frágeis, vivem conflitos que podem fazê-las submergir. Na verdade, Mourin considera que hoje vivemos uma "regressão democrática" que tende a posicionar os indivíduos à margem das grandes decisões políticas, a atrofiar competências, a ameaçar a diversidade e a degradar o civismo.

Estes processos de regressão estão relacionados à crescente complexidade dos problemas gerados pelo desenvolvimento e a forma fragmentada como os mesmos são tratados pelas ciências e pela política. A política fragmentada faz perder a compreensão da vida, dos sofrimentos, dos desamparos, das solidões, das necessidades dos cidadãos. De certa forma, é o que vemos acontecer no Brasil e em outros países, especialmente os da América Latina, se analisarmos os dados do PNUD de 2004.

O leitor, certamente, deve estar se questionando aonde eu pretendo chegar com estas reflexões no que diz respeito à gestão de pessoas. Não podemos imaginar que as organizações, sejam elas públicas, privadas ou do terceiro setor, estejam à margem deste processo de democratização, pois sabemos que, na atividade profissional e no contexto destas organizações o indivíduo exercita, ou não, algumas competências essenciais ao seu papel de "Cidadão-Democrático". Tudo isto me fez pensar no seguinte dilema: ***Precisamos consolidar a democracia para termos Sujeitos-Cidadãos, ou será através destes Sujeitos-Cidadãos, que conseguiremos consolidar a verdadeira democracia?***

Como disse o próprio Mourin, "não possuímos as chaves que abririam as portas para um futuro melhor. Não conhecemos o caminho; ao andar se faz o caminho"(MOURIN, 2002,p:115). Não podemos, em busca de resposta a este dilema, ficarmos paralisados. Precisamos agir. Sobre este agir, Hannah Arendt nos dá uma grande contribuição, quando afirma que a ação, a palavra e a liberdade exigem uma construção e um permanente exercício no espaço público que caracterizam a democracia. Para ela, "sem o povo ou um grupo não há poder" (1999, p:351) porque o poder é decorrente da capacidade de os membros de uma comunidade política concordarem com o curso comum de ação.

Neste sentido, acredito que esta construção e este exercício podem ser feitos dentro das organizações, se, ao invés das relações hierarquizadas e de poder, houver um ambiente de liberdade de expressão e participação no processo decisório, em que as pessoas possam assumir a responsabilidade por suas escolhas.

No entanto, só conseguiremos criar estes espaços nas organizações se entendermos, como disse Mourin, que o "sujeito não é apenas ator, mas autor, capaz de cognição/escolha/decisão. A sociedade não está entregue somente a determinismos materiais, ela é um mecanismo de confronto/cooperação entre indivíduos sujeitos, entre os NÓS e os EU" (MOURIN, 2004, p: 127).

A característica de complexidade da noção de sujeito decorre da diversidade e da complementaridade entre idéias que são aparentemente antagônicas. Dentre outros paradoxos, quero ressaltar a idéia de TUDO-NADA: ora sou tudo; ora, em face da consciência da própria morte, sou nada! Este aspecto também se relaciona com as organizações, pois em que medida nos imbuímos deste sentimento de que somos TUDO e assumimos um papel proativo de agentes das mudanças, que se fazem necessárias, ou, ao contrário, incorporamos o somos NADA e cruzamos os braços e deixamos a vida nos levar?

Considero que, pelo menos, mais uma idéia precisa ser analisada dentro da perspectiva das organizações e da democracia: a liberdade. "A liberdade supõe, ao mesmo tempo, a capacidade cerebral ou intelectual de conceber e fazer escolhas, e a possibilidade de operar essas escolhas dentro do exterior", ou seja, "o sujeito pode, eventualmente, dispor de liberdade e exercer liberdades" (MOURIN, 2004, p: 126).

Quanto à relação sujeito-liberdade, cabe refletir sobre as idéias de Amartya Sen, que, apesar de não se referir a um Sujeito, mas sim, à Identidade, acredita que esta é resultado de um processo de formação ao longo da vida, influenciada por condicionamentos impostos pela sociedade, através da família e diversos grupos sociais. Sen relaciona a realização do indivíduo na sociedade à sua liberdade de escolha e diz que tal liberdade depende da igualdade de oportunidades e do acesso ao conhecimento. O autor (ganhador de Prêmio Nobel) ressalta a influência dos valores no comportamento dos indivíduos, mas não nega que os interesses materiais possam se sobressair nas decisões e atitudes pessoais, e, para ele, está neste ponto a origem da corrupção. A formação dos valores e o surgimento e a evolução de uma nova ética social, que além da liberdade, promova o comprometimento social, são tão importantes quanto outros mecanismos, como o mercado e as instituições democráticas, para o desenvolvimento social e sustentável. Isto, de certa forma, contribui para entender o que está ocorrendo na vida política brasileira, sobre os sucessivos escândalos de corrupção, envolvendo pessoas com papéis importantes no cenário da democracia no Brasil, pois fica patente a total falta de comprometimento social de muitos de nossos políticos e governantes.

A mesma reflexão deve aplicar-se ao mundo corporativo, onde, a cada dia, também somos surpreendidos pela falta de comprometimento social e de ética nos negócios. Cumpre-nos então pensar: em que organizações e sociedades queremos viver?

Out\_05